

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA.
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DEJANIRA SIRICO DOS SANTOS

**GESTÃO CONTÁBIL DE PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DE
PISCICULTURA EM ITAPORÃ-MS À LUZ DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

DOURADOS/MS

2014

DEJANIRA SIRICO DOS SANTOS

**GESTÃO CONTÁBIL DE PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DE
PISCICULTURA EM ITAPORÃ-MS À LUZ DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente: Prof. Dr. Caio Luis Chiariello

Avaliador: Prof. Me. Enrique Duarte Romero

Avaliador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Vasconcelos

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar a forma de gestão dos empreendimentos solidários, como remete a contabilidade nesses tipos de empreendimento, analisando os procedimentos contábeis utilizados na atividade. Mais especificamente, a pesquisa foi feita com os pequenos produtores de piscicultura do município de Itaporã-Ms, quando se buscou identificar se utiliza e como utilizam a contabilidade em suas atividades, bem como conhecer a propriedade, a rotina de um piscicultor. É apresentado breve histórico da piscicultura no Brasil juntamente com uma breve explanação da prática da piscicultura e a importância do controle contábil nas atividades de piscicultura. O trabalho traz a conceituação de economia solidária, os benefícios que ela pode trazer para os pequenos empreendimentos em ação coletiva. No contexto do trabalho é apresentada a Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS/UFGD), que desenvolve ações em empreendimentos de Economia Solidária, num processo educativo dialógico estruturado nos princípios da economia solidária, em âmbitos sociais, econômicos e políticos. A ITESS desenvolve o Projeto Ações da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias para o desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Território da Cidadania da Grande Dourados, que visa traçar metas para a Cadeia do Pescado, buscando melhorias nas condições de vida das comunidades envolvidas, incentivando o crescimento da piscicultura no território, a fim de gerar trabalho e renda.

Palavras - chaves: economia solidária; piscicultura; controle contábil; gestão dos empreendimentos solidários.

ABSTRACT

This study aims to identify and analyze the form of management of solidarity enterprises, as refers to accounting in these types of enterprise, analyzing the accounting procedures used in the activity. More specifically, the research was done with the small producers of fish farming in the city of Itaporã-MS, when we attempted to identify uses and how to use accounting in their activities, as well as knowing the property, the routine of a fish farmer. Brief history of fish farming in Brazil is presented along with a brief explanation of the practice of farming and the importance of accounting control in fish farming activities. The paper presents the concept of social economy, the benefits it can bring to small enterprises in collective action. In the work context presents the Incubator of Social and Solidarity Technologies (ITESS / UFGD), which implements programs on developments of Solidarity Economy, a dialogical educational process structured on the principles of solidarity economy, in social, economic and political spheres. ITESS develops Incubator Project Shares of Social Technologies and Solidarity for the development of Aquaculture and Fisheries in the Territory of Citizenship Great Golden, which aims to set goals for the Fish Chain, seeking improvements in the living conditions of the communities involved, encouraging growth of fish farming in the territory in order to generate jobs and income.

Key - words: social economy; fisheries; accounting control; management of solidarity enterprises.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 6 |
| 1.1. Definição do Problema..... | 9 |
| 1.2 Objetivos..... | 10 |
| 1.2.1 Objetivo Geral..... | 10 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos..... | 10 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA..... | 10 |
| 2. METODOLOGIA | 11 |
| CAPÍTULO I - ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AÇÃO DA ITESS/UFGD | |
| 3.1. Breve revisão sobre a conceituação de Economia Solidária | 13 |
| 3.2. Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias ITESS/UFGD | 15 |
| 3.2.1. O Projeto Ações da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidária (ITESS/UFGD) no desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Território da Cidadania da Grande Dourados..... | 16 |
| 3.3 Histórico da Piscicultura..... | 18 |
| CAPÍTULO II – GESTÃO CONTÁBIL E PISCICULTURA: OS PISCICULTORES DE ITAPORÃ – MS | |
| 4.1 Controle da Produção na Piscicultura..... | 21 |
| 4.1.1 Gestão Contábil..... | 22 |
| 4.1.2 Gestão Contábil de Pequenos Empreendimentos de Piscicultura em Itaporã – MS..... | 23 |
| 5. RESULTADO DA PESQUISA..... | 24 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 27 |
| REFERÊNCIAS..... | 29 |
| APÊNDICES..... | 31 |

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a economia solidária surge no final do Século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho. Para Singer (2004), essa reação dos trabalhadores surgiu no início da revolução industrial impulsionada pelas injustiças geradas pelo capitalismo, e continua até hoje.

O estudo revela que a economia solidária ocupa um papel marginal na economia capitalista brasileira, mas apesar de ter surgido a partir da iniciativa dos movimentos sociais para encontrar uma alternativa ao desemprego ou para melhorar a renda de trabalhadores autônomos, vem sendo ampliada com o apoio do Estado, assim as políticas públicas e privadas têm estimulado a criação e desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária no Brasil, podendo vir a se constituir em importante contribuição para a inclusão socioeconômica da população mais pobre e para o desenvolvimento local.

Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que passaram a realizar conjuntamente um mapeamento da Economia Solidária no Brasil com o objetivo de constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária, fortalecendo os empreendimentos de economia solidária através de cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização, apoiando a economia solidária com processos organizativos que de visibilidade e apoio da sociedade, fazer reconhecimento e certificação das iniciativas realizadas pela economia solidária, se possível subsidiar processos públicos, subsidiar os processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para economia solidária, facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Segundo a secretaria

[...] a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade (SENAES, 2007, p.11).

Assim, foi criado o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) com o objetivo de identificar e caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários. “O mapeamento deverá, nesse sentido, contribuir para o desenvolvimento de conceitos técnicos e indicadores que possibilitem verificar a abrangência e potencialidades da economia solidária na geração de trabalho, renda e inclusão social” (Termo de Referência do SIES, 2004). Com o SIES, tornou-se possível identificar empreendimentos, com o apoio de outros atores

governamentais e da sociedade civil que contribuíram para o processo, que garantiu um maior grau de controle na execução das ações e na aplicação dos recursos disponibilizados. Os resultados do SIES são divulgados pelo MTE, com informações nacionais, regionais, estaduais e municipais na internet (www.sies.mte.gov.br).

Segundo o economista e professor Paul Singer (2000, P.15)

A economia solidária é um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. “A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios”. Segundo o mesmo autor a Economia Solidária é aquela que segue o caminho da cooperatividade em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez de eficiência apenas individual, do ‘um por todos, todos por um’, em vez de cada um por si e Deus só por mim.

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social (modelo de desenvolvimento, subordinando e explorando o trabalho e a natureza) que vem ocorrendo no mundo estão fragilizando e arriscando o modelo tradicional de trabalho e caracterizando um índice de desemprego em massa, o que contribui para o alargamento da pobreza e da miséria da população.

Com essa crise, outras formas de trabalho estão surgindo e sendo desenvolvidas e usadas como uma nova alternativa de geração de renda. Através de cooperativas de produção e consumo, associações de produtores que são voltadas para empreendimentos populares solidários, experiências coletivas de trabalho e produção estão sendo espalhadas nos espaços rurais e urbanos.

Assim,

O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado pelo mesmo ato legal, aprovado em Junho de 2003, que instituiu, no MTE, a Secretária Nacional de Economia Solidária. O CNES foi concebido como órgão consultivo e deliberativo interlocução permanente entre as organizações governamentais e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Tem como atribuições principais a proposição de diretrizes para as políticas de economia solidária dos Ministérios e Secretarias que o integram e o acompanhamento da execução dessas políticas. (*Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010, p.65*).

Dessa forma, foram criados alguns princípios que regem a economia solidária, são eles:

Autogestão: trabalhadores com autonomia em tomar suas próprias decisões, a gestão é feita e controlada no coletivo com participação ativa de todos os membros da associação.

Democracia: a economia solidária democratiza e transforma as relações econômicas no empreendimento, as decisões são tomadas pelos associados, com tamanha transparência em todas as atividades.

Participação: manter frequências nas reuniões, assembleias e em todas as atividades realizadas pelos membros da associação/cooperativa.

Igualitarismo: direitos iguais a todos, socialização do capital e divisão dos benefícios gerados pelo trabalho.

Cooperação: execução das tarefas partilhadas no processo produtivo, uma responsabilidade de comprometimento, de confiança.

Auto Sustentação: desenvolvimento de atividade sem comprometimento que gera viabilidade econômico-financeira, sem afetar o ambiente social e natural.

Desenvolvimento Humano: investimento na formação de educação, na qualificação técnica e profissional.

Responsabilidade Social: comprometimento com melhorias na sociedade e relações solidárias com o comércio.

Relações de Interdependência: deve haver entre os indivíduos ou grupos um apoio entre si, trocas de experiências.

Valorização Social do Trabalho Humano: a economia solidária valoriza o trabalho humano e social como a fonte de desenvolvimento pessoal e bem comum na questão de cooperação, democratização e solidariedade.

Comunicação Horizontal: construção de democratização das informações e compreensão do processo.

Esses princípios permitem a efetivação de um processo educativo visando à cultura das pessoas envolvidas, que podem ser da cidade, do campo, ou ainda as que vivem em um processo de imigração constante.

Entretanto, o estabelecimento de uma economia solidária não se restringe à emulação da ação coletiva por parte de seus participantes. Um Empreendimento econômico solidário, como uma associação ou cooperativa, para se constituir, se estabelecer e proporcionar a seus participantes trabalhos e renda tem de adentrar nas esferas da execução e da gestão da produção, ou seja, deve proporcionar trabalho e renda a partir de atividades produtivas, participando da agregação sob a forma de produção de bens e serviços.

Para tanto, é mister que os empreendimentos se revistam de uma proposta que busque otimização de recursos e de suas receitas, devendo para tanto gerir de forma racional a execução e a gestão da produção de riqueza. No interior das etapas da produção, que vão desde a aquisição de matérias-primas, passando pela transformação dos insumos até o produto final e sua realização através da comercialização, as etapas de controle do processo produtivo são paralelamente fundamentais. (CHIARIELLO, 2008).

Neste sentido, os controles contábeis, da gestão dos empreendimentos que compõem uma associação, uma cooperativa, podem ser ferramentas importantes para o conhecimento acerca da atividade, bem como um suporte para a tomada de decisão sobre o que produzir, como, quando e quanto produzir. A atividade econômica de empreendimentos associativos deve cada vez mais se acentuar nos controles sobre a produção, sob o risco de, ao ser feita de forma intuitiva ou sem a constituição dos dados efetivos da produção, incorrer em perda econômica, vindo a comprometer a perenidade destes empreendimentos.

1.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Este trabalho objetiva entender como a contabilidade pode contribuir na organização desses empreendimentos solidários na piscicultura a fim de colocá-los no mercado, com ideia de geração de trabalho e renda com uma perspectiva de inclusão social e inclusão no mercado de trabalho. Verificar se os produtores estão capacitados para exercer a atividade de piscicultura e também para a gestão dos negócios, acesso as políticas públicas que podem viabilizar a economia solidária dentro das atividades de piscicultura, visto que a piscicultura é apenas uma atividade complementar que apenas contribui para o aumento da renda desses produtores, que também desenvolvem em sua propriedade a atividade de criação de gado, hortifrutí, etc.

Para a realização da pesquisa será levantadas algumas problemáticas.

- a) Como são e se é realizado o controle contábil da atividade;
- b) Estão preparados para esta atividade?
- c) Já fizeram algum curso de capacitação para piscicultores?
- d) Há pontos de comercialização do pescado?
- e) Como fazem para vender?
- f) Possuem licenciamento ambiental?

Estes questionamentos servirão de base para o conhecimento da rotina desses pequenos produtores, buscando qual a melhor forma de auxiliá-los no desenvolvimento da atividade dentro do contexto dos princípios da economia solidária.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo desse estudo é analisar a gestão de empreendimentos solidários na piscicultura em Itaporã – MS, contribuindo para uma melhor compreensão das demandas que os pequenos empreendimentos solidários remetem à contabilidade.

1.2.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- Realizar uma revisão teórica sobre Economia Solidária, piscicultura.
- Apresentar a ITEES e seus projetos de Economia Solidária
- Estudar a gestão das atividades de piscicultura no município de Itaporã - MS, observando o estágio de utilização de ferramentas contábeis na gestão dos empreendimentos.
- Prospectar possibilidades de adequação/melhoria na utilização de ferramentas contábeis, tendo em vista a possível inclinação dos empreendimentos para práticas coletivas, por meio de atuação em associação e/ou cooperativa.
- Analisar dados primários sobre a gestão dos empreendimentos objeto do estudo, de modo a inferir acerca do panorama da gestão e perspectivas futuras.

1.3. JUSTIFICATIVA

O estudo sobre a Gestão de Pequenos Empreendimentos de piscicultura é relevante para entendermos a importância dos empreendimentos solidários, já que a contabilidade necessita atender às demandas desse importante segmento, o qual tem promovido a inclusão social de vários trabalhadores desempregados, contribuindo assim com o desenvolvimento econômico e social da sociedade.

Assim, as receitas de empreendimento solidário podem ser distribuídas de maneira democrática entre os trabalhadores. Uma estratégia de comercialização e divulgação dos

produtos dos empreendimentos solidários são as feiras de economia solidária que permite uma articulação, informações e também formação conceitual do movimento de economia solidária, que com a produção familiar e agro ecológica da população vem beneficiando a sociedade brasileira e criando uma fidelidade com seus consumidores desses produtos e serviços de origem solidária.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 3º coloca como objetivos fundamentais da República:

- I- Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II- ...
- III- Erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV- Promover o bem de todos...”.

Também em seu artigo 170 “a ordem econômica... tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”.

E no parágrafo Único “é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previsto em lei”.

O artigo 174,§ 2º “A lei apoiará e estimulará o Cooperativismo e outras formas de Associativismos”.

Assim, pode-se perceber a relevância dos empreendimentos solidários para parcelas da sociedade, onde oportunidades são oferecidas aos pequenos produtores, com produtos saudáveis, de fabricação caseira que gera renda às famílias, sendo também uma forma de sobrevivência na sociedade e de valorização do trabalho no campo.

A justificativa para o presente estudo consiste na importância dos empreendimentos solidários aderirem a ferramentas de gestão para darem sustentação para suas atividades. Dentre estas ferramentas, a gestão contábil figura como essencial para que o conhecimento financeiro-contábil sobre as atividades realizadas pelos empreendimentos possibilite formulação de estratégias para o desenvolvimento econômico e social de seus participantes.

2. METODOLOGIA

O estudo foi realizado sob forma de pesquisa bibliográfica e de campo. Com base em levantamentos da bibliografia publicada em livros, revistas, publicações avulsas e impressas

escritas sobre o tema abrangente de Economia Solidária. Foi feita uma revisão conceitual da Economia Solidária e seu significado no contexto socioeconômico e na atuação da ITESS junto a piscicultores para formação de empreendimentos solidários na piscicultura no território da Grande Dourados circunscritos na Economia Solidária.

Na pesquisa de campo buscou-se detectar quais as ferramentas de gestão utilizadas pelos piscicultores, se utilizam, quais utilizam e como utilizam, e o estágio atual de desenvolvimento dessas ferramentas de gestão, se existe uma associação ou cooperativa e caso não exista, qual a possibilidades de se criar uma.

A análise foi realizada mediante o levantamento dos instrumentos contábeis utilizados por piscicultores de Itaporã-Ms, sob a forma de levantamento de dados via aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado, para verificação das ferramentas contábeis utilizadas e para a percepção dos piscicultores sobre sua relevância.

CAPÍTULO I

ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AÇÃO DA ITESS/UFGD

3.1. Breve revisão sobre a conceituação de Economia Solidária

Segundo Schiochet (2012) a Economia Solidária teve início a partir dos movimentos sociais. E a partir do momento em que se constitui em um movimento social específico acarretou em um movimento politizado, ou seja, ocorre a busca por identidade/ visibilidade pública e coletiva, além da busca por direitos e reivindicações de políticas públicas. Desse modo: “Há uma busca pela institucionalização dos direitos próprios da Economia Solidária” (SCHIOCHET, 2012, p. 37).

A economia solidária é integrada por um conjunto de iniciativas econômicas privadas, comumente de natureza cooperativista e associativista, autônomas em relação ao Estado, que valorizam o interesse coletivo e a solidariedade. Estas iniciativas apresentam configurações fundamentadas em relações permanentes com o mercado ou mesmo não monetárias, baseadas no dom, caracterizando-se pelas ações de dar, receber e retribuir. Assim, os trabalhos voluntários também integram a economia solidária com a contribuição das ações individuais e familiares na economia, mas que não são computadas no cálculo das riquezas produzidas. As formas que constituem a economia solidária são cooperativas de consumo, cooperativas de produção e prestação de serviços, bancos populares, fundos rotativos e o voluntariado (LECHAT, 2002; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. As modalidades que compõem a economia solidária são múltiplas.

Algumas experiências que surgem da base (movimento espontâneo dos trabalhadores solidários) como: a união de trabalhadores que perderam emprego em pequenas unidades produtivas, pequenos produtores que se unem em redes para comprar e vender em conjunto, trabalhadores que assumem empresas falidas, diferentes formas de agricultura familiar. Outras são articuladas a partir de apoios externos (ou de cima para baixo): redes de comércio justo, incubadoras de empresas, clubes de troca e de microcrédito, entre outras (CATTANI, 2003).

De acordo com Souza (2008) a economia solidária, atualmente, vem se destacando e editando os debates acerca das estratégias de combate ao desemprego, criando novas concepções de desenvolvimento, de incentivo à geração de renda e, sobretudo, de fomento às ações políticas que visem ao combate à chamada “vulnerabilidade social”.

Paul Singer propõe que a economia solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego: "A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente..." (SINGER: 2000 p. 138).

É como Bürgenmeier (2000) diz, a economia solidária confirma a seguinte frase: "pensar globalmente e agir localmente" e não apresenta nenhuma diferença de significado com a economia social, pois o cooperativismo e o associativismo integram o terceiro setor da sociedade organizada.

Os empreendimentos solidários também necessitam do acompanhamento da contabilidade, que irá atuar de forma a buscar informações que ajudará nas soluções para a tomada de decisão da gestão das atividades.

A informação contábil, para Paulo e Martins (2007, p.2), "influencia as decisões individuais de seus usuários, afetando a alocação dos recursos e o funcionamento dos mercados, conseqüentemente, a eficiência da economia", ou seja, é extremamente importante, mas, para cumprir o seu papel precisa ser evidenciada.

Em relação à evidenciação, Iudícibus (1998, p. 129) esclarece que significa "[...] apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário". Todas as informações são de grande importância para a tomada de decisão, são relatados fatos que evidenciaram o ocorrido.

A qualidade da informação contábil possui associação direta com a segurança no momento de examinar a empresa, por isso, torna-se indispensável. Em virtude disso, cada vez mais, os estudos estão analisando propriedades da informação contábil como persistência, oportunidade, conservadorismo, relevância, entre outras (ALMEIDA, 2010).

A contabilidade se encarrega de estudar a gestão dos empreendimentos solidários dentre outros, obtendo informações que serão necessárias para o controle da produção, de acordo com essa visão, Oliveira; Müller; Nakamura, (2000, p3) afirma que:

[...] a contabilidade deve ter como características de gerar informação que possam ser útil para a administração tomar decisões, nesse aspecto deve ser útil, oportuna, clara, íntegra, relevante, flexível, completa e preditiva possibilitando fornecer

indicadores de tendências, sendo assim ser possível estar direcionada à gerência do negócio.

O Estado apresenta várias condições que favorecem o desenvolvimento da piscicultura, principalmente sob os seguintes aspectos: recursos ambientais; espécies nativas geneticamente puras; domínio da tecnologia para a produção de espécies nativas; produção de grãos, subprodutos e calcário; grandes corpos d'água criados de forma antrópica, constituída pelos lagos das hidrelétricas propícias para a atividade e mercado em franco crescimento para o produto processado (SEPLANC, 2002).

3.2 Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias ITESS/UFGD

A Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias ITESS/UFGD é uma Divisão da Coordenadoria de Extensão/PROEX, fundada como um programa de extensão universitária em 2006, mas incorporada à estrutura administrativa da UFGD em 2012, desenvolve atividades com grupos em situação social e economicamente vulnerável, preza pelos princípios cooperativos solidários, princípios de formação política, geração de trabalho e renda, ampliação e troca de saberes, buscando mecanismos de melhoria de vida, conquista de cidadania, direitos humano e inclusão social. Ainda, a Incubadora realiza cursos, oficinas e um processo educativo contínuo, nos campos: produção, educação, relações de gênero, saúde, jurídico, administrativo (economia, administração, relações interpessoais), mercado, tecnologia. Enfim, há uma preocupação em criar mecanismos educativos constantes durante todo o processo e não somente nos momentos específicos, como as oficinas e curso, sem dicotomias entre reflexão e ação, entre teoria e prática.

A ITESS/UFGD atende grupos de empreendimentos sociais dos assentamentos do município de Itaquirai, onde se produz e processa frutas (maracujá), mandioca, pães, mel, hortifrúti e artesanato. Com esses grupos a ITESS estimulou o processamento da mandioca, com a fábrica de farinha. Em Itahum, famílias quilombola produzem e comercializam hortifruti, mel, frango e alimentos e ainda um grupo de mulheres que trabalham com alimentos, doces e salgados. Já em Rio Brilhante, tem mulheres que trabalham com costura numa forma de economia solidária.

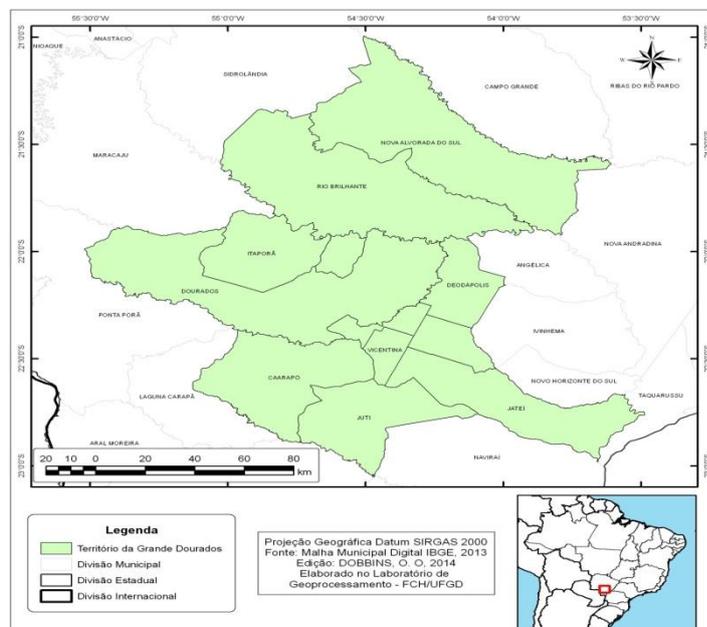
Os grupos juntamente com a ITESS/UFGD, estão trabalhando na produção de alimentos diferenciados, pois já possuem publico garantido e grande expectativas de retorno

financeiro. Geralmente os grupos são compostos por mulheres, uma preocupação da ITESS a fim de incluí-las no mercado de trabalho e terem independência financeira. Tem parceria em projetos da Central Única das Favelas (CUFA) em Dourados.

3.2.1 O Projeto Ações da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidária (ITESS/UFGD) no desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Território da Cidadania da Grande Dourados.

Um projeto que a ITESS está desenvolvendo em parceria com o Ministério da Pesca é as Ações da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidária (ITESS/UFGD) no desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Território da Cidadania da Grande Dourados, a ITESS atua como um meio de apoio aos bolsistas nesse projeto para a realização das atividades nos doze municípios que compõem o território da cidadania (Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis, Itaporã, Douradina, Rio Brillante, Nova Alvorada do Sul, Vicentina, Caarapó e Juti). Tem por objetivo colaborar no fortalecimento da produção do pescado no território da Grande Dourados. A figura 1 abaixo apresenta o mapa da região da Grande Dourados:

Figura 1 - Mapa do Território da Cidadania da Grande Dourados



As ideias do projeto surgiram a partir do diagnóstico realizado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura para o Mato Grosso do Sul, observando que o estado utilizava apenas 10% do seu potencial para o desenvolvimento da atividade de piscicultura. Na região há histórico de produção de pescado por colônias, por pequenos produtores e assentados e que a região da Grande Dourados tem abundância em recursos hídricos no subsolo da região facilitando a constituição de tanques criadouros.

Para uma melhor percepção dos agentes participantes da Cadeia do Pescado, é importante definir um Plano de estruturação da Cadeia no Território para curto, médio e longo prazo, considerando a valorização dos grupos sociais e das práticas sociais já consolidadas no Território com uma metodologia estruturada nos princípios da economia solidária.

O Projeto objetiva traçar metas para a Cadeia do Pescado no sentido de permitir a melhoria das condições de trabalho e vida das comunidades envolvidas e incentivar o crescimento da atividade no Território, efetivando, assim, uma alternativa produtiva para geração de trabalho e renda, irá realizar um levantamento sobre a estrutura social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico da cadeia do pescado.

Enfim, o objetivo principal do projeto é despertar nos produtores os princípios solidários, a fim de motivá-los a uma organização sob forma de associações e/ou cooperativas. Sua participação prevê colaborar no *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Pescado no Território da Grande Dourados-MS* que propôs a implantação do Centro de Piscicultura Experimental, Treinamento e Difusão Tecnológica da Grande Dourados.

As atividades desenvolvidas são constituídas por oficinas e mini cursos para organização da produção, manejo e gestão, cooperativismo e associativismo, relações interpessoais e comerciais dentro da cadeia produtiva, como também discutir e aprofundar as relações de gênero e solidariedade nos grupos.

Outras ações realizadas são o levantamento do perfil socioeconômico e cultural dos grupos a serem incubados, levantamento das vocações e dos interesses para o trabalho e geração de renda, registro das necessidades concretas das famílias relativas à alimentação, saúde, habitação, trabalho e renda, educação, identificar as demandas de ações para capacitação técnica e administrativa, desenvolvimento de cursos, oficinas, palestras, seminários para a formação social, técnica e política dos grupos incubados.

Em 2014, a incubadora da UFGD realiza acompanhamento dos estudos detectando junto aos grupos sociais as suas necessidades específicas de acordo com a localização

geográfica, com o grau de organização social, política e tecnológica e os seus saberes. Das expectativas do projeto destaca-se:

- As comunidades atendidas se apropriarão de conhecimentos e tecnologias sociais e solidárias e poderão conquistar qualidade de vida superior à vivida atualmente,
- Outros grupos interessados em iniciar um processo parecido para a ampliação de ações solidárias e em redes, poderão se apropriar de conhecimentos e novas tecnologias geradas durante o processo;
- Os conhecimentos e tecnologias poderão ser apropriados por outras instituições de ensino superior ou não, além de ONG's, institutos, governos municipais, fato que poderá estimular e gerar novas políticas públicas que se voltem diretamente aos grupos sociais em situação vulnerável, com reconhecimento de suas necessidades e especificidades.
- Esse processo poderá fomentar discussões teórico-metodológicas sobre os princípios da economia solidária e de sua importância para a inclusão social. Tais discussões deverão ocorrer no interior da universidade nos espaços de pesquisa, ensino, extensão e pós-graduação, bem como em atividades que ocorrem na comunidade externa.
- Os conhecimentos acumulados e as tecnologias utilizadas poderão ser transmitidos para outros grupos, em uma perspectiva de redes e de troca de saberes, que tragam elementos criativos e valorativos da/para a experiência humana.
- A metodologia está estruturada em três eixos: pré-incubação-diagnóstico participativo, monitoramento e avaliação.

3.3 Histórico da Piscicultura

A piscicultura no Brasil começou por iniciativa de Carlos Botelho, Secretário de Agricultura em 1904, mas os estudos sobre piscicultura no Brasil começaram a ganhar força em 1927 liderada por Rodolfo Von Ihering que iniciou em Pirassununga, Piracicaba e Salto do Itu, trabalhos com espécies brasileiras como Curimatá (*Prochilodus lineatus*), Dourado (*Salminus maxillosus*), Piracanjuba (*Brycon lundii*), Mandi Guaçu (*Pimelodus maculatus*) e outras, que foram as espécies que viabilizaram o desenvolvimento da piscicultura nacional. (SILVA, 2005; SOUSA; TEIXEIRA FILHO, 2007).

E em 2013, o Brasil demonstra enorme vocação para a produção de pescado, que é a proteína mais consumida no mundo.

Ao longo dos anos, estão sendo desenvolvidas políticas públicas estruturantes, que irão consolidar o Brasil como um grande produtor de pescado, estas são ações do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) juntamente com o apoio do Governo Federal, dos estados e municípios e em geral a sociedade civil, tornando menos burocrático os procedimentos que são necessários para a criação de peixe.

A simplificação do licenciamento ambiental, a desoneração do pescado, que hoje compõe a cesta básica e também o lançamento em 2012 do inédito Plano Safra da Pesca e Aquicultura que é um benefício para o fortalecimento da indústria e do comércio pesqueiro, a fim de transformar o potencial do Brasil na produção de peixe em uma atividade econômica competitiva e lucrativa, com recurso da ordem de R\$ 4 bilhões, compreendendo, exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa.

Assim, serão liberadas linhas de créditos para pequenos, médios e grandes produtores, com benefícios exclusivos para cada tipo de produtor com juros menores, ampliações dos limites e prazos de carência, assistência técnica e extensão rural a 120 mil famílias de pescadores e aquicultores.

Prevê também escavações de 60 mil tanques para uma produção de 78.750 toneladas de pescado ao ano e a criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento de Novas Tecnologias. Foram entregues máquinas (escavadeiras e retro escavadeiras) nos estados para serem distribuídas nos municípios interessados em aumentar a produção de pescado, estes aprovaram leis de apoio ao desenvolvimento da aquicultura familiar.

Assim, alguns avanços já podem ser vistos, como o financiamento de pesquisas para a construção de embarcações mais adequadas às pescarias e as condições da pesca artesanal, tecnologia para monitorar a qualidade da água em parques agrícolas e em programas sociais.

A piscicultura no Mato Grosso do Sul está contribuindo com pelo menos dois terços da produção estadual expandindo de forma bastante acelerada, fatos ocorridos “principalmente na década de 90 com o crescimento dos pesque e pague que passaram a ser grandes consumidores de peixes e também o crescimento de produtores” (TAKAGI, 2007, p. 11), a atividade de piscicultura está sendo investida em diversas regiões do Estado com variados tipos de espécies de peixes para o cultivo. Segundo Sarate (2009), o estado está sendo um tradicional produtor de peixes.

A região de Dourados é vista como a principal produtora de peixes de cativeiro de Mato Grosso do Sul, apresentando entre 2001 e 2002 o percentual de 62,02% do total de

peixe criado em cativeiro de todo o Estado (BRASIL, 2003. p.5) e 39,39% entre 1998 e 1999 (MATO GROSSO DO SUL, 1999a, p. 21).

Diante de condições naturais favoráveis, a cidade de Dourados tem grande potencial para o desenvolvimento do setor pesqueiro, com uma rede hidrográfica que favorece essa produção, considerando que o consumo de pescado no Brasil era suprido em grande parte por importações, como por exemplo, em 1998, foi importado de cerca de 200 mil toneladas de peixes para “suprir a demanda interna, o que evidencia a potencialidade do mercado consumidor nacional” (PIZAIA et al, 2008, p. 04).

Esse crescimento generalizado da piscicultura na região de Dourados é resultado do aumento das áreas de cultivo no sistema de criação em tanque – solo, aliado também as condições hidrográficas, de clima e de solo. A região apresenta todo potencial para a criação de peixes, apresenta as etapas de compra e venda, conta com o fornecimento de insumos como alevinos, ração, adubos (químicos e orgânicos), equipamentos e máquinas necessárias à atividade desenvolvida pelos piscicultores, e a parte de transformação e distribuição realizada pela indústria frigorífica, peixarias, restaurantes, supermercados, feiras e pesqueiros particulares (pesque-pague).

Algumas organizações ajudam no apoio, como os escritórios regionais do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e outros. Também existem na região unidades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (Agropecuária Oeste) esta mantém o Núcleo de Pesquisas em Aquicultura de MS (NUPAQ), ligadas ao governo federal e também a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, com o novo curso de Engenharia da Aquicultura e também os cursos de Biologia, Zootecnia que estudam e auxiliam na área de piscicultura.

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR foi criada em 2003 com o objetivo de auxiliar nas ações de fortalecimento do setor. O Mato Grosso do Sul em parceria com a Superintendência Federal de Agricultura - SFA/MS ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, implantou um escritório da SEAP/PR, desenvolvendo ações em todo o Estado, e expandindo a piscicultura, principalmente região de Dourados, onde há grande concentração de produtores nos municípios vizinhos que a torna propícia a atividade de piscicultura.

CAPÍTULO II

GESTÃO CONTÁBIL E PISCICULTURA: OS PISCICULTORES DE ITAPORÃ-MS

4.1. Controle da produção na piscicultura

O peixe é um alimento que oferece uma grande produtividade, transforma alimentos de pouco valor nutritivo em proteína de alta qualidade.

Devido à poluição dos rios, os erros de pesca, utilização da água para navegação, para indústrias hidrelétricas, muitos peixes morrem, e assim é necessário cultivar peixes para reestoque artificial e repovoar essas águas.

Para o cultivo de algumas espécies de peixe são necessários:

- 1) Condições climáticas favoráveis;
- 2) Ração de crescimento alta;
- 3) Reprodução com sucesso nas condições de criação;
- 4) Fácil acesso e abundante alimentação artificial;
- 5) Suportar altas concentrações populacionais nos tanques;
- 6) Ser resistente a doenças.

O fator de maior importância na piscicultura é a água que deve ser de boa qualidade e de quantidade mínima necessária para encher os tanques e viveiros, mantendo seu nível constante todo o ano.

As águas para a piscicultura podem ser de nascentes, mas são pouco oxigenadas e recomenda-se deixá-la correr um pouco antes de chegar aos tanques, águas de rios e riachos, ótimas para a piscicultura, mas deve ser certificadas que não estão poluídas e impedir que outras espécies entrem nessa água, as águas de reservatórios são boas mas não devem ser poluídas, já as águas subterrâneas não é recomendada por que é pobre de oxigênio e pode conter gases venenosos que prejudicam os peixes.

As dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores são:

- Alto custo dos insumos apropriados (principalmente ração);

- A carência de assistência técnica e de cursos de qualificação de mão-de-obra;
- A falta de organização da produção;
- A baixa agregação de valor;
- A deficiência na comercialização (escala de produção insuficiente para atender a demanda);
- Sazonalidade da produção (conforme a espécie cultivada);
- Desconhecimento do mercado consumidor;
- Inobservância das legislações ambientais e sanitárias.

4.1.1. Gestão Contábil

A contabilidade abrange vários setores, representada por um profissional contábil, que além de atender as obrigações de escrituração e cálculos de impostos, busca o aperfeiçoamento em todas as demandas que uma empresa, instituição, empreendimento necessita para o seu desenvolvimento e gestão.

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os, e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. (IUDICIBUS e MARION, 2008, p.32).

A contabilidade é essencial para a sobrevivência financeira de uma instituição, pois fornece informações relevantes para o planejamento e avaliações de desempenho das empresas (STONE, 2011).

A contabilidade tem papel de identificar e descrever as evoluções econômicas e financeiras das organizações em geral. As técnicas contábeis auxiliam na organização dos empreendimentos, contribuindo assim na tomada de decisão, usando técnicas que ajudam a prever problemas, a identificar falhas antecipadamente e assim ver a melhor forma para resolver o problema com medidas preventivas.

A informação contábil, para Paulo e Martins (2007, p.2), “influencia as decisões individuais de seus usuários, afetando a alocação dos recursos e o funcionamento dos mercados, conseqüentemente, a eficiência da economia”, ou seja, é extremamente importante, mas, para cumprir o seu papel precisa ser evidenciada.

Todo e qualquer empreendimento necessita de uma gestão, de um acompanhamento contábil/administrativo que possa fornecer informações para o controle das atividades. Em

meados dos anos 80, os produtores não se viam pressionados a ter uma eficiência profissional nas atividades rurais, pois para eles a produtividade que tinham era suficiente para ter uma lucratividade aceitável no mercado, sem concorrência, atualmente o interessante para o mercado não é só produzir, é necessário saber o que, como e quando produzir e principalmente, como e quando vender.

Mesmo sendo pequenos produtores, ainda nesse tipo de atividade de piscicultura existem os custos fixos e variáveis que mantêm a produção ou o serviço, sendo imprescindível para o controle da produção.

Um custo fixo pode ser considerado como “qualquer despesa que permanece constante independente do nível de produção” e o custo variável pode ser denominado “como as despesas que flutuam diretamente com as mudanças nos níveis de saída” (DAVIS; CHASE; AQUILANO, 1999, p. 94).

Assim, entende-se que os custos fixos não influenciam no nível da atividade, já os custos variáveis de acordo com a intensidade da produção pode aumentar ou diminuir. Para uma melhor gestão dos custos deve-se manter o foco em resultado e renda, controlar os custos, o preço é o mercado quem coloca por isso o que deve ser feito é ajustar o custo ao que o mercado está pagando e combater o desperdício para assim obter o lucro.

4.1.2. Gestão Contábil de Pequenos Empreendimentos de Piscicultura EM ITAPORÃ-MS

Itaporã é um município brasileiro da região Centro-Oeste, situado no estado de Mato Grosso do Sul. É conhecida como "Cidade do Peixe", pois possui a maior lâmina d'água do estado em matéria de criação e produção de peixes.

Atualmente o município possui 78 piscicultores cadastrados, que produzem em média 990 toneladas de pescados por ano, em 350 hectares de lâminas d'água implantados e mais 330 hectares em processo de operação. Dentre as espécies produzidas no município de Itaporã, destaca-se Pacu, Pintado, Patinga, Tilápia, Tambaqui e Tambacu.

Com o apoio da prefeitura, o município está incentivando os produtores na agricultura familiar, diversificando a propriedade rural na atividade de piscicultura, assim o produtor tem maior condição de se fixar no campo, com o intuito de geração de renda e garantir a melhor qualidade de alimentos para o município e para fora, contando também com o apoio de

Frigorífico Mar e Terra que possa expandir seus negócios em Itaporã ajudando na geração de emprego, produtos de qualidade e garantindo assim exportações.

Em uma matéria divulgada no site itapora hoje.com no dia 5 de Janeiro de 2015, o prefeito do município de Itaporã, esteve em uma solenidade na cidade de campo grande no início de Janeiro de 2015 entregou ao ministro da pesca e aquicultura Marcelo Crivella um documento pedindo o apoio do ministério para a criação da Associação das Mulheres de Ferro de Itaporã, é um grupo que pretende trabalhar com o processamento do couro e da carcaça do peixe, utilizando a matéria prima e o co-produto do peixe em um aperfeiçoamento da Mão de obra ribeirinha juntamente com o desenvolvimento da tecnologia de produção visando uma oportunidade de trabalho e desenvolvimento social das pescadoras.

“O ministro Crivella foi muito receptivo quando levamos o pedido de apoio do governo federal para a criação e estruturação da Associação das Mulheres de Ferro. Ele prometeu apoio irrestrito para a criação da associação e investimentos que possam fomentar a piscicultura em Itaporã”, destacou o prefeito de Itaporã.

Isso mostra o empenho da administração local em buscar recursos para o desenvolvimento da piscicultura no município de Itaporã, assim a atividade tende a crescer, incentivando cada vez mais os produtores.

5. RESULTADO DA PESQUISA

Realizamos uma pesquisa no município de Itaporã para levantamento e características dos pequenos piscicultores do município. Foram entrevistados dez produtores que possuem tanques escavados (tanques retangulares, com profundidade determinada, e entrada e saída de água controlada) em sua propriedade, a profundidade dos tanques varia entre 1,5m a 2,5m, as propriedades possuem até seis tanques que foram escavados pelas máquinas da prefeitura, a atividade de piscicultura é desenvolvida pelos próprios piscicultores que dividem seu tempo em outras atividades agropecuárias como: soja, milho, horta, pastagem, arroz, feijão, pomar – frutífero, cana, suínos, bovinos, aves, etc.

A maioria dos entrevistados está iniciando a atividade de piscicultura, sendo esse dado interessante para a pesquisa, pois permitem conhecer a realidade dos iniciantes na piscicultura, dos pequenos produtores, suas expectativas quanto à atividade e os controles contábeis já utilizados. A maioria está a menos de cinco anos na atividade, e adentraram na piscicultura por gostarem de peixes para o consumo próprio, por terem o lugar propício com

água adequada para a criação e principalmente com o intuito de aumentar a renda, já que a piscicultura está crescendo cada vez mais na região e, especula-se, logo será tão desenvolvida quanto à agricultura e a pecuária.

Apenas um produtor está há mais de vinte anos na atividade, que já está mais estabilizado com a produção, produzindo as espécies de patinga e tambacu, a taxa de sobrevivência dos alevinos que são colocados nos tanques é de 100%, não tem problemas com doenças nos peixes, faz controle da produção, o número de ciclos é de até duas vezes por ano e é comercializado no frigorífico Mar e Terra.

Dos entrevistados, apenas três possuem registro da aquicultura, devido ainda estar iniciando na atividade, mas já possuem a licença ambiental da propriedade, pois desenvolvem outras atividades; apenas um dos entrevistados não possui a licença ambiental, segundo ele, não possui a licença por falta de informação sobre o que é o licenciamento ambiental e não conhece o processo para obtenção do licenciamento, também nunca tentou fazer o licenciamento por não conhecer os benefícios em ter a propriedade licenciada e porque não passou por nenhum transtorno por não ter a licença, mas devido às oportunidades que vem surgindo na piscicultura ele resolveu escavar os tanques e iniciar a atividade e ir aprendendo com os dias de trabalho.

Nas visitas feitas pela equipe do projeto da incubadora da UFGD, quando foram aplicados os questionários para esta pesquisa, os piscicultores já haviam levantado a demanda sobre licenciamento e legislação ambiental, pois como estão iniciando e alguns não possuem conhecimento sobre licenciamento e legislação.

Assim, solicitaram uma oficina sobre o tema, onde a equipe do projeto em contato com um fiscal ambiental do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul explicaram sobre os temas, que a propriedade com até 2,0ha de lamina d'água não necessita de licenciamento, mas se caso queira ter um comprovante basta retirar no site do Imasul uma declaração de isenção, explicou que em áreas de preservação permanente, área de nascente não pode construir tanques a um raio de 50m, e que pode fazer desvio dos rios desde que não venha prejudicar o meio ambiente, deve assim adotar práticas sustentáveis. Peixes considerados exóticos, que não são naturais da bacia do Mato Grosso do Sul, tipo a tilápia deve pedir licenciamento ao Imasul, uma carta consulta de liberação, pois alguns técnicos não a consideram totalmente nativa.

Para se desenvolver a atividade é necessário fazer o planejamento da produção, estruturar a cadeia produtiva, avaliar o ambiente, estabelecer um perfil estratégico que facilite a produção. Os produtores que possuem peixes em seus tanques fazem o manejo da produção, controlam a quantidade de alevinos colocados nos tanques, os alimentam duas vezes por dia sempre no início da manhã e no final da tarde, a ração usada é a extrusada, que bóia na água, dentre os entrevistados oito realiza o sistema de cultivo semi-intensivo, ou seja, fazem manejo, e apenas dois utiliza o sistema extensivo, sem manejo. Para se desenvolver a atividade é necessário fazer o planejamento da produção, estruturar a cadeia produtiva.

O controle da produção é feito por quatro produtores, dos dez entrevistados, e é feito de forma simples, em um caderno, não utilizam fichas de controle, devido ser iniciantes e não vêm necessidade de contratar um profissional administrativo ou contábil para registrar a atividade, mas o projeto da incubadora está trabalhando na importância dos controles de gestão, já foi apresentada a oficina sobre cadeia produtiva, um conjunto de ações econômicas que auxilia no desenvolvimento da atividade.

Com o controle os custos diminuem e o faturamento aumenta, deve evitar estocar peixes nos tanques, pois além de não serem confortáveis aos peixes os gastos com ração aumenta e a dificuldade na comercialização também, devido à falta de pontos de comercialização e a exigência dos mercados e frigoríficos na padronização dos tamanhos dos peixes para venda.

Segue abaixo, na tabela 1 e na figura 2, sumário gráfico com dados acerca das informações levantadas na pesquisa de campo e na aplicação do roteiro:

| | 1) Possui registro na aqüicultura? | | 2) Possui Licença Ambiental? | | 3) O cultivo é realizado em sistema? (manejo): | | 4) Faz controle da produção? | |
|-------------|---|----------|-------------------------------------|----------|---|----------|-------------------------------------|----------|
| | Sim | 3 | Sim | 9 | Semi-intensivo | 8 | Sim | 4 |
| | Não | 7 | Não | 1 | Extensivo | 2 | Não | 6 |
| Resposta 1 | Sim | | Sim | | Extensivo | | Sim | |
| Resposta 2 | Sim | | Sim | | Extensivo | | Sim | |
| Resposta 3 | Sim | | Sim | | Semi-intensivo | | Sim | |
| Resposta 4 | Não | | Sim | | Semi-intensivo | | Sim | |
| Resposta 5 | Não | | Sim | | Semi-intensivo | | Não | |
| Resposta 6 | Não | | Sim | | Semi-intensivo | | Não | |
| Resposta 7 | Não | | Sim | | Semi-intensivo | | Não | |
| Resposta 8 | Não | | Sim | | Semi-intensivo | | Não | |
| Resposta 9 | Não | | Sim | | Semi-intensivo | | Não | |
| Resposta 10 | Não | | Não | | Semi-intensivo | | Não | |

Tabela 1 – Dados sobre a pesquisa de campo
Elaboração própria

A organização em associação ou cooperativa facilitará a obtenção de recursos e o processo de comercialização, unidos enquanto grupos as chances e oportunidades de crescimento são maiores, devido à tamanha importância que um grupo de várias pessoas possui na hora da compra, da produção, da venda e em todo o entorno social, são vantagens advindas de um grupo organizado como associação ou cooperativa, esse é mais um incentivo que o projeto da incubadora da UFGD está proporcionando aos produtores, mostrando os benefícios em se organizarem quanto associação ou cooperativa, visto que essa organização é uma ferramenta para melhoria na produção e conseqüentemente os controles de gestão.

Depois de aplicada a oficina logo se reuniu e formou a Associação de Piscicultores de Itaporã e Região – APITAR, com o intuito de buscar recursos para o desenvolvimento da atividade de piscicultura, em novembro de 2014 a diretoria APITAR constituída por Vagnes Pereira – presidente; José Claudio – vice-presidente; João Roberto Vieira – tesoureiro; Rogério Thioson – secretário e Rubens Moreira Junior - conselheiro foram nomeados a desenvolver projetos no setor de pesca do município.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa, pode se observar que a criação de peixe deve se adequar a lógica de mercado, deve ser feito um planejamento para obter uma melhor estratégia de negócio, conhecer o seu produto para ter melhorias no processo de produção.

Antes de iniciar a atividade de piscicultura deve ser feita uma avaliação do ambiente, estabelecimento do perfil estratégico para criação, fazer um levantamento de quantificação dos objetivos, deve se observar os pontos fortes da produção: diversidade do sistema de produção; diversidade de espécies produzidas na região; conhecimento do ciclo de produção, que varia de seis a quatorze meses, onde o ganho de peso médio é de duzentas a trezentos gramas por mês, chegando a um peso médio de um quilo e trezentos gramas para comercialização, com valor médio de quatro reais, estimativas essas citadas pelos produtores entrevistados de acordo com sua produção.

Os pontos fracos de uma produção estão na dificuldade de controle e o que foi observado nos piscicultores entrevistados é a falta de informação, falta de formação técnica que facilitaria no dia a dia da produção, como a dificuldade de controle de peixes estocados, que são colocados em tanques que não suportam tanta quantidade de alevinos e isso acaba

levando - os a morte por falta de espaço no tanque, de oxigênio, e muitas vezes excesso de ração na água, assim o produtor acaba perdendo o alevino, devido à presença de predadores, desperdiça ração e o tempo depositado na atividade.

Por isso, todo produtor deve fazer um planejamento da produção, fazer um diagnóstico potencial, analisar os recursos financeiros, a viabilidade tecnológica, os recursos hídricos, a área, as condições climáticas, a mão de obra, a aquisição de insumos e o mais importante que é o custo da produção, para evitar prejuízos futuros. Para um melhor desenvolvimento da atividade é recomendável que se faça uma tabela de controle de produção, com a quantidade de alevinos colocados nos tanques e a quantidade retirada no final de cada ciclo, uma tabela de fornecimento de ração, assim facilita o desenvolvimento da atividade nos próximos ciclos.

Cabe ressaltar que a análise dos dados da pesquisa de campo nos permite observar a ausência de controles contábeis sofisticados para a gestão da produção por parte dos piscicultores. Por um lado, esta ausência de controle nos permite vislumbrar que é possível de haver uma maior assimilação dos produtores aos controles contábeis, especialmente a partir da constituição de uma associação, que pode dar o suporte de gestão em coletivo aos piscicultores de Itaporã.

Assim, todo um campo para futuras pesquisas, projetos e estudos acerca da florescente atividade de piscicultura fica em aberto, não apenas para os piscicultores de Itaporã, mas também para toda a região da Grande Dourados, objetivando assim o acesso à agregação de valor na produção e gerenciamento da produção, acesso à riqueza material por parte dos produtores e perenidade na atividade de seus empreendimentos.

REFERÊNCIAS

BEERLI, E. L. LOGATO, P. V. R. **Peixes de Importância para a Piscicultura Brasileira**. Disponível em: www.usp.br/nupaub/aquicultura. Acesso em 16 de Agosto de 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010**. Brasília: CNPq, 2000. p. 369.

CHIARIELLO, C. L.. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na Cocamar e Copavi**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

FRANÇA, Ivana. PIMENTA, P.P.P. **A viabilidade da piscicultura para o pequeno produtor de Dourados**. Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 01, p. 36-51, jan-jul 2012.

HALL, R. J.; COSTA, V.C.; KREUZBERG, F.; MOURA, G. D.; HEIN, N. **Contabilidade como uma ferramenta da gestão: um estudo em micro e pequenas empresas do ramo de comércio de Dourados-MS**. Revista da Micro e Pequena Empresa, Faculdade Campo Limpo Paulista, v.6, n.3, p.4-17, 2012 (Set/Dez). MTE/Senaes, 2005.

OLIVEIRA, A.G.; MULLER, A.N.; NAKAMURA, W.T. **A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídios aos processos administrativos nas pequenas empresas**. Ver. FAE, Curitiba, v.3. n.3, p.11-12, set./dez.2000.

PIZAIA, M. G.; GABARDO, M. R. G. CAMARA; SANTANA, M. A.; ALVES, R. 2008. **Piscicultura No Brasil: Um Estudo Sobre A Produção E Comercialização De "Oreochromis Niloticus**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/497>. Acesso em 20 de Março de 2014.

PROCHMANN, Angelo Mateus. **O papel do ambiente institucional e organizacional na competitividade do arranjo produtivo local da piscicultura na região de Dourados/MS**. Campo Grande: Departamento de Economia e Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007, 138p. Dissertação de Mestrado.

ROSA, Albert Bartolomeu de Sousa. **Guia prático para criação de peixes**. Brasília, SEPLANC, Secretaria de Estado do Planejamento e de Ciência e Tecnologia. Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Piscicultura em Mato Grosso do Sul: PDCT-Piscicultura-MS. Campo Grande, 2002.

SINGER, Paul. **Economia Solidária no Brasil - A autogestão como resposta ao desemprego**. SP, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. SP, 2002.

Site itapora hoje.com. Acesso em 06 de Janeiro de 2015.

SOUZA, Eduinetty Ceci Pereira Moreira de. **Piscicultura Fundamental** / E Ceci P.M de Souza, Alcides R.TeixeiraFº-São Paulo: Nobel: Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora, 1985.

TAKAGI, J. S. **Diagnóstico de Piscicultura no Município de Dourados/ MS**. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2007.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H; VILUTIS, L; FARIA M. S. de. **Referências conceituais para ações integradas das cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionárias provenientes de massas falidas ou estado pré-falimentar**. Brasília:

TAUILE, J. R; RODRIGUES, H.. **Economia solidária e autogestão: a criação e re-criação de trabalho e renda**. Disponível em <<http://www.unitrabalho.org.br>>. Acesso em 23 de Outubro de 2014.

VALENTI. W. et al. **Aquicultura no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável**.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Município de Itaporã - MS



APÊNDICE B – Oficinas realizadas pelo projeto da ITEES/UFGD



Licenciamento e legislação Ambiental

Linhas de créditos para pequenos produtores



Diferenças entre associação e cooperativa

APÊNDICE C – Tanques escavados nas propriedades visitadas



Propriedade do José Claudio Cesco



Propriedade do Lucas Vital